

BRIDGES NETWORK

# PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 9, NÚMERO 7 - AGOSTO 2013



## Política agrícola: quem planta, colhe?

POLÍTICA ALIMENTAR

Uma abordagem de política alimentar sobre a fome mundial

COMÉRCIO E SEGURANÇA ALIMENTAR

Comércio agrícola e segurança alimentar global

DIPLOMACIA AGRÍCOLA

Adido agrícola: linha de frente do agronegócio brasileiro



International Centre for Trade  
and Sustainable Development

# PONTES

VOLUME 9, NÚMERO 7 - AGOSTO 2013

## PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

## ICTSD

**International Centre for Trade and Sustainable Development**

Genebra, Suíça

### EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

### EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

### EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

Tatianna Mello Pereira da Silva

### CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

### DESIGN GRÁFICO

Flarvet

### LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch)

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

## POLÍTICA ALIMENTAR

- 4 **Uma abordagem de política alimentar sobre a fome mundial**  
*C. Peter Timmer*

## POLÍTICA ALIMENTAR

- 9 **Fome Zero: a experiência brasileira de combate à fome**  
*Adriana Veiga Aranha*

## COMÉRCIO E SEGURANÇA ALIMENTAR

- 12 **Comércio agrícola e segurança alimentar global**  
*Jonathan Brooks*

## EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS

- 16 **Do passado para o futuro**  
*Pedro de Camargo Neto*

## DIPLOMACIA AGRÍCOLA

- 19 **Adido agrícola: linha de frente do agronegócio brasileiro**  
*Marcelo Junqueira Ferraz*

- 22 **Informações úteis**

- 23 **Publicações**

## Cultivando o debate



Conhecida por seus superlativos, a agropecuária brasileira chega ao século XXI pressionada por inúmeros desafios. Não resta dúvida de que o Brasil ocupará um papel de destaque diante de um dos projetos mais ambiciosos já levados a cabo pela humanidade: duplicar a produção de alimentos até 2050. Em um planeta com cada vez mais pessoas, demandando quantidade crescente de bens e serviços e compartilhando um ambiente com um novo padrão climático, é importante refletir sobre qual será a função desempenhada pela agropecuária brasileira em tal processo.

O presente número do Pontes oferece uma série de contribuições voltadas a iluminar diversos aspectos desse debate. Antes, porém, faz-se necessário enfatizar as características do mundo que consumirá a produção agropecuária do Brasil. Nele, o crescimento econômico da Ásia, ao adicionar quantidade e qualidade às refeições de seus habitantes, abre inúmeras oportunidades para aqueles que detêm capital, recursos naturais e tecnologia. Por outro lado, poucos se arriscariam a oferecer um diagnóstico sobre as consequências que a maior demanda por proteína animal, por exemplo, terá sobre o tênue equilíbrio entre a agropecuária brasileira e o imperativo da preservação ambiental.

No mundo desenvolvido, por sua vez, novos nichos de mercado oferecem desafios adicionais às cadeias agroindustriais responsáveis por aproximar consumidores e produtores. Ao mesmo tempo, um processo de concentração crescente em todos os elos de tais arranjos organizacionais levanta questões relativas ao futuro dos agricultores de médio porte, assim como o papel dos investimentos internacionais para a expansão da produção de alimentos em território brasileiro. Em outras palavras, não se trata apenas de discutir o que será produzido nas próximas décadas, mas também por quem e para qual finalidade.

Finalmente, a agropecuária é, nos dias atuais, mais do que a fonte dos alimentos que fornecem energia aos humanos. Dali vêm também insumos centrais para a ativação de uma miríade de máquinas. Com a expansão da produção dos biocombustíveis, aumentam também os dilemas para o setor, que terá que lidar, ao menos no curto prazo, com recursos relativamente fixos e uma quantidade crescente de objetivos. Entre a captura de carbono, a oferta de comida ou a diversificação das opções de fornecimento de energia amparadas em fontes renováveis, é evidente que há um número maior de conflitos do que muitos se atrevem a explicitar.

Este número do Pontes é parte de uma iniciativa mais ampla do International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD, sigla em inglês), dedicada a discutir os rumos da agropecuária brasileira. Além dos textos aqui apresentados, um seminário organizado em parceria com o agro.icone e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) ocorrerá em Brasília, em 3 de setembro. Caso você, prezado(a) leitor(a), queira debater a publicação ou os argumentos apresentados no evento, sinta-se à vontade para deixar um comentário no site do Pontes ou escrever-nos um e-mail.

Esperamos que aprecie a leitura.

## POLÍTICA ALIMENTAR

# Uma abordagem de política alimentar sobre a fome mundial

---

C. Peter Timmer

*Este artigo revisita os principais argumentos desenvolvidos em Food Policy Analysis, livro influente na área de política alimentar, publicado há trinta anos. O autor ressalta a pertinência de muitos daqueles pontos mesmo diante das alterações globais.*

Há trinta anos, foi publicado o livro *Food Policy Analysis*<sup>1</sup> (FPA; sigla em inglês), que influenciou a compreensão de questões relacionadas à política alimentar e é, até hoje, utilizado como manual em diversos cursos universitários. Não há dúvidas quanto ao elevado grau de ambição do primeiro objetivo do FPA: a redução rápida e sustentada da pobreza. Quando da elaboração do referido livro, sequer havia consenso entre os estudiosos do desenvolvimento quanto à viabilidade desse objetivo. Em 1982, Paul Streeten publicara *First Things First: Meeting Basic Human Needs*<sup>2</sup>, no qual afirmava que o crescimento rápido não seria possível e que a estratégia de desenvolvimento deveria estar voltada para prover as necessidades básicas dos pobres. O foco do FPA em um crescimento econômico mais rápido e em políticas para aumentar a eficiência como meio de estimular esse crescimento eram controversos para uma publicação que levava a pobreza a sério.

Mas o FPA sustentava que o crescimento não era suficiente: havia quatro objetivos elementares de política alimentar que deveriam ser implementados:

- 1 crescimento econômico mais rápido (o objetivo da eficiência);
- 2 distribuição mais igualitária da renda proveniente do crescimento (o objetivo do bem-estar);
- 3 garantia de uma alimentação mínima para os pobres (o objetivo de segurança líquida); e
- 4 disponibilidade assegurada e preços estáveis nos mercados de alimentos (o objetivo da segurança alimentar).

Claramente podem existir interferências (e sobreposições) entre esses objetivos, e uma análise substancial do sistema alimentar de um país é necessária para compreender – ainda que grosseiramente – a magnitude dessas conexões. O tema central que norteou a organização da análise foi o “dilema do preço do alimento”, o reconhecimento explícito de que o preço do alimento no mercado, isoladamente, não poderia satisfazer todos os quatro objetivos simultaneamente. Instrumentos adicionais eram necessários, mas todos deveriam funcionar de modo compatível com os preços do mercado. A lição principal para os leitores do livro era, portanto, o papel central do preço dos alimentos – e os sinais que tais preços davam para fazendeiros, comerciantes, consumidores e ministros – na superação do problema da fome mundial.

O comportamento desses agentes dita os rumos do mercado, mas igualmente responde aos rumos que o mercado toma. A característica macroeconômica do sistema alimentar que os analistas de política alimentar deveriam compreender incluía o comportamento microeconômico dos produtores nas fazendas, dos consumidores em suas residências, dos comerciantes no mercado, e as respostas macroeconômicas dos governantes. A mensagem essencial do FPA era que a compreensão desse sistema, na maior parte das circunstâncias, não seria derivada de modelos complicados que buscassem reproduzir econometricamente todos os comportamentos e relações mercadológicas. Pelo contrário, a compreensão desse sistema deveria estar atrelada a uma visão simplificada de como o sistema alimentar funciona. Essa visão foi parcialmente criada pela estrutura e discussão analítica contida no próprio FPA, mas de maneira mais importante, deveria



# 868 milhões

Número de pessoas  
desnutridas no mundo

ou

# 12,5%

da população mundial

Fonte: FAO

ser desenvolvida pelos dados e análises que os profissionais da área nutricional eram incentivados a gerar.

## O ambiente global em alteração

O contexto internacional de tomada de decisões relativas à política alimentar alterou substancialmente desde que o FPA foi elaborado, no início dos anos 1980. Cinco tendências básicas merecem destaque:

1. Nas últimas três décadas assistimos a um crescimento econômico surpreendentemente rápido, especialmente na Ásia, com centenas de pessoas sendo retiradas da pobreza. A forte conexão entre o crescimento econômico inclusivo, especialmente em áreas rurais, e a rápida redução da pobreza simplesmente não eram aparentes em dados empíricos no início dos anos 1980. O Milagre do Leste Asiático<sup>3</sup> não foi visto por mais uma década. Esse crescimento rápido validou o ponto central defendido no FPA, no sentido de que os esforços de redução da pobreza seriam insustentáveis caso não se promovesse concomitantemente uma maior produtividade econômica do trabalho não especializado, principalmente em zonas rurais. Esse argumento se mantém forte na atualidade, como confirma a experiência do Brasil ao longo da última década.

2. A revolução nas comunicações tanto no nível doméstico como internacional reduziu radicalmente os custos de transações e aumentou o acesso ao conhecimento. Novamente, a centralidade no FPA dos mercados e da formação dos preços para compreender o desenvolvimento e a implementação de políticas alimentares recebeu um incentivo conforme as margens mercadológicas se estreitavam em decorrência de uma melhor e mais informada competição. Consumidores e produtores se beneficiaram com a formação de mercados de alimentos locais mais competitivos. A "revolução do supermercado" meramente acelerou essas mudanças<sup>4</sup>.

3. Os mercados financeiros globais tornaram-se interessados pelas economias emergentes. O início da década de 1980 foi marcado pelas taxas de câmbio fixas, pelo controle estrito nos fluxos de capital estrangeiro e por virtualmente nenhuma intermediação financeira além daquela exercida pelos bancos estatais. Em um primeiro momento, o influxo de capital estrangeiro foi recebido como sinal de confiança, mas, à exceção do investimento estrangeiro direto em bens reais como indústrias e imóveis, o interesse financeiro global nas economias emergentes era visto como uma faca de dois gumes: um rápido influxo de capital poderia causar a valorização monetária e a perda da competitividade; em contrapartida, uma rápida fuga de capital quando a economia comesse a declinar causaria uma crise nos mercados financeiros locais. A integração financeira global foi empreendida sem que os riscos envolvidos fossem devidamente compreendidos.

4. A rápida emergência da China e da Índia como motores do crescimento global nos anos 1990 significou uma mudança gradual na direção da demanda por *commodities* e recursos naturais. Economias avançadas tornaram-se mais orientadas pelo conhecimento e menos dependentes de energia, metais e outras *commodities* básicas – incluindo as alimentícias – para abastecer seu crescimento econômico. A depressão dos preços de quase todas as *commodities* nos anos 1980 reforçou a ideia de que o futuro dependia do valor agregado a partir de habilidades e do conhecimento, e não da exploração dos recursos naturais. Contudo, o fenômeno da industrialização, especialmente como desenvolvido pela China e pela Índia, demanda um uso intensivo de recursos naturais. Na virada do milênio, tornava-se cada vez mais claro que o curso de crescimento dos países em desenvolvimento era o principal motor dos preços das *commodities*, começando pelo preço da energia, mas se estendendo rapidamente para o preço dos gêneros alimentícios.

5. Os altos preços da energia repercutiram na agricultura e na economia agrícola. Uma vez que o preço do petróleo estava alto o suficiente para justificar a utilização de açúcar, milho ou óleos vegetais para produzir gasolina ou substitutos do diesel, os preços das *commodities* agrícolas tornaram-se diretamente atrelados ao preço do petróleo. A preocupação em reduzir a emissão de gases de efeito estufa forneceu ampla motivação para que legisladores dos Estados Unidos e da União Europeia (UE) determinassem a

Taxa de inflação dos alimentos (2012)

China:

4%

Rússia:

9%

Brasil:

11%

Índia:

14%

Fonte: OCDE

utilização das plantações domésticas de gêneros alimentícios para produzir combustíveis líquidos. A combinação de mandatos legislativos, que forneciam cobertura essencial contra riscos para investidores em indústrias de biocombustíveis, e os altos preços de petróleo, que forneciam incentivos mercadológicos, conduziram a uma nova série de conexões entre a agricultura e o setor energético. Há muito tempo existe uma ligação no lado da oferta, na medida em que o preço da energia afeta o custo dos fertilizantes, dos combustíveis para os tratores e caminhões e da economia das cadeias globais de produção. O novo liame entre agricultura e energia é verificado no lado da demanda, na medida em que preços mais altos de energia são diretamente traduzidos em maior demanda de *commodities* agrícolas a serem convertidas em combustíveis líquidos.

### O que os analistas de política alimentar devem fazer agora?

Apesar das mudanças no contexto internacional, as três mensagens analíticas básicas do FPA permanecem intactas: a necessidade de "incentivar" os preços dos alimentos para estimular a produção agrícola e a economia rural; o uso de preços limites para medir os custos de oportunidade de longo prazo da produção e do consumo; e a integração das políticas macroeconômicas e comerciais no debate das políticas nutricionais.

Primeiramente, a necessidade de incentivar os preços para estimular a produção foi um dos temas centrais do FPA, e sua importância foi refletida pelo fato de que o capítulo sobre o consumo de alimentos e a nutrição veio antes do capítulo de produção. Por quê? Esse material fornece as bases analíticas para os subsídios aos consumidores visados que seriam necessários para lidar com a alta no preço dos alimentos. Com foco na redução da pobreza, o FPA afirma que os analistas de políticas alimentares deveriam desenvolver esses programas de subsídios e estar prontos para implementá-los antes que a alta nos preços para produtores tivesse início. À época, a alta dos preços era vista como uma escolha política, a qual superou a discriminação histórica contra a agricultura na divisão urbano-rural dos termos do comércio que se verificava na maior parte dos países, se comparada aos preços limites.

O declínio no longo prazo nos preços mundiais dos alimentos, observado entre o início dos anos 1980 e os anos 2000, gradualmente trouxe questionamentos a essa estratégia. Por um lado, o declínio foi bem recebido porque aumentou o poder real de compra dos pobres. Considerando que foi estimulado pela Revolução Verde e pela acentuada redução dos custos de produção para o arroz e o trigo, esse declínio aparentava ser sustentável, ao menos em termos estritamente econômicos. A baixa dos preços igualmente acelerou a transformação estrutural, com uma rápida saída de pequenos produtores do setor agrícola. Isso também era sustentável em países com indústrias de exportação em crescente expansão e intensivas em trabalho, tendo em vista que a mão de obra era absorvida e o salário real aumentava. Obviamente, países sem economias dinâmicas e macro tinham o benefício de baixos preços dos alimentos, mas os salários reais eram estagnados e a pobreza aumentava.

---

*O baixo preço dos alimentos nos mercados mundiais também enviava sinais de investimentos para os governos, os doadores e as instituições de pesquisa, encorajando-os a fugir do setor agrícola como uma fonte crucial de crescimento da produtividade, segurança alimentar e redução da pobreza. (...) A crise global de alimentos no final de 2007 e início de 2008 tem raízes nessa negligência pretérita dos investimentos agrícolas.*

---

O problema é que o baixo preço dos alimentos nos mercados mundiais também enviava sinais de investimentos para os governos, os doadores e as instituições de pesquisa, encorajando-os a fugir do setor agrícola como uma fonte crucial de crescimento da produtividade, segurança alimentar e redução da pobreza. A redução dos investimentos na agricultura e na infraestrutura rural nos anos 1980 e 1990 resultou na queda das taxas de crescimento da produtividade. Eventualmente, o crescimento da produção de alimentos tornou-se menor do que o crescimento do consumo de alimentos, e o problema da escassez reapareceu, ocasionando o aumento em espiral dos preços no mercado. A crise global de alimentos no final de 2007 e início de 2008 tem raízes nessa negligência pretérita dos investimentos agrícolas. Os mercados estavam enviando sinais equivocados para os tomadores de decisão pública, e os tomadores de decisão particulares não tinham outra alternativa senão segui-los.

A premente necessidade de encontrar mecanismos eficientes e efetivos para implementar subsídios agrícolas para os pobres – o ponto central do capítulo sobre consumo de alimentos e nutrição no FPA – infelizmente aparenta manter sua relevância trinta anos depois da publicação da primeira edição. Há abordagens mais sofisticadas atualmente, que utilizam a transferência condicional de capital, melhores recursos de tecnologia da informação e a percepção de que redes sociais de segurança mais amplas podem ser tão efetivas quanto subsídios agrícolas estritos. Contudo, o dilema do preço dos alimentos permanece.

Em segundo lugar, os preços limites para *commodities* comercializáveis constituem a medida padrão dos custos de oportunidade para decisões de longo prazo sobre produção e consumo. Embora isso começasse a ser aceito em princípio no início dos anos 1980, a prevalência de taxas de câmbio fixas e de acordos comerciais entre governos relativamente opacos para *commodities* agrícolas importantes significa que boa parte da análise estava devotada a desvendar qual era realmente o preço limite de longo prazo.

Havia dois problemas: saber qual taxa de câmbio aplicar e saber se cotações de preço de curto prazo nos mercados mundiais refletiam os custos de oportunidade de longo prazo. Boa parte do projeto de avaliação da literatura de fins dos anos 1970 e início dos 80 esteve voltada para a determinação da "taxa de câmbio oculta" a ser usada para calcular os preços limites efetivos. No mesmo sentido, o livro *Getting Prices Right*<sup>9</sup>, uma continuidade do FPA focada na política de precificação, foi dedicado a compreender as tendências relevantes dos preços de longo prazo para utilizar na definição dos investimentos do setor público e no gerenciamento das intervenções nas políticas de preços domésticos.

O primeiro problema foi quase integralmente solucionado, já que a maior parte dos países adotou taxas de câmbio razoavelmente flexíveis, que permitem que o mercado indique os custos de oportunidade do câmbio estrangeiro. O mesmo não pode ser dito quanto à identificação do sinal de preço de longo prazo apropriado nas flutuações de curto prazo ainda observáveis nos mercados de commodity globais. A preocupação com essa questão, claramente articulada no FPA, permanece como um desafio para os analistas de política alimentar.

---

*O que se pretendia defender era apenas que um diálogo informado entre analistas de política alimentar e analistas de políticas macroeconômicas era necessário para que cada um pudesse entender o que estava em jogo de cada um dos lados da mesa.*

---

A terceira mensagem analítica do FPA que permanece intacta é a insistência em afirmar que a análise de política alimentar precisa incorporar políticas macroeconômicas e comerciais. O argumento não era no sentido de que o ambiente político necessário para

um sistema alimentar saudável deveria ditar políticas macroeconômicas e comerciais gerais – embora isso provavelmente seja verdade em alguns países agrários pobres. O que se pretendia defender era apenas que um diálogo informado entre analistas de política alimentar e analistas de políticas macroeconômicas era necessário para que cada um pudesse entender o que estava em jogo de cada um dos lados da mesa.

A experiência ao longo do último quarto de século mostrou os benefícios reais desse diálogo político. Primeiramente, a necessidade de um crescimento rápido na produtividade agrícola, com a participação substancial dos pequenos produtores que constituem parte significativa da estrutura de produção, é progressivamente reconhecida por formuladores de políticas macroeconômicas como um elemento chave no desenvolvimento geral da estratégia. Ministros da fazenda, atentos a políticas fiscais e a alocações de investimentos públicos; presidentes de bancos centrais, preocupados com taxas de câmbio e oferta de moeda; diretores de agências de planejamento, focados em abordagens estratégicas e na alocação setorial de recursos, compreendem agora seu papel na formação de uma economia rural saudável.

Em troca, planejadores agrícolas gradualmente compreendem que salários reais em áreas rurais dependem fundamentalmente dos salários reais na economia urbana. Os preços reais dos alimentos para os produtores e consumidores são condicionados pela inflação e pelas taxas de câmbio. Os investimentos na infraestrutura rural demandam alocações orçamentárias. As políticas comerciais têm efeitos diretos e indiretos sobre os incentivos rurais. Por essas razões, a necessidade de uma política alimentar macroeconômica nunca esteve tão clara.

- 
- ❶ Ver: Timmer, C. Peter; Walter P. Falcon; Pearson, Scott R. *Food Policy Analysis*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University, 1983.
  - ❷ Ver: Streeten, Paul. *First Things First: meeting basic human needs*. London: Oxford University, 1982.
  - ❸ Ver: World Bank. *The East Asian Miracle*. London: Oxford University, 1993.
  - ❹ Ver: Reardon, Thomas; Timmer, C. Peter. The Economics of the Food System Revolution. In: *Annual Review of Resource Economics*. Vol. 4, set. 2012, pp. 14.1-14.40.
  - ❺ Ver: Timmer, C. Peter. *Getting Prices Right: the scope and limits of agricultural price policy*. Ithaca: Cornell University, 1986.



**C. Peter Timmer**  
Professor Emérito da  
Universidade de Harvard.



## POLÍTICA ALIMENTAR

# Fome Zero: a experiência brasileira de combate à fome

Adriana Veiga Aranha

*Partindo dos princípios norteadores da estratégia de combate à fome no Brasil, a autora especifica e discute os programas que constituem o Fome Zero, bem como a articulação entre eles.*

Brasil é um país com enormes potencialidades de desenvolvimento e que, por meio de ciclos de expansão e crescimento econômico, passou, ao longo do século XX, de um estágio rural e agrário para uma sociedade urbana com importante parque industrial, um setor agrícola moderno, além de cidades dinâmicas. Porém, o crescimento econômico não beneficiou nem gerou direitos à população pobre. Apesar de todo esse progresso, persistem profundas diferenças sociais e econômicas no país: a segregação social, construída ao longo de séculos de distorções, criou uma grande parcela da população privada dos direitos humanos fundamentais à alimentação, saúde, segurança, moradia, educação e família. O crescimento econômico no passado, ao não redistribuir renda, foi insuficiente para criar mercados internos fortes e promover as bases para o desenvolvimento sustentável.

AAo apresentar, em 2003, o combate à fome e à pobreza como prioridade de seu governo, o presidente Lula lançou uma estratégia nacional que criou, implementou e investiu recursos financeiros e humanos em diversos programas e ações que se integraram em uma meta comum: zerar a fome e a extrema pobreza no país.

O grande desafio foi transformar as ações estatais, integrando-as entre si e articulando-as com toda a sociedade, com vistas a acabar com a fome no Brasil por meio do Fome Zero. Esse compromisso, apoiado amplamente pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional, faz parte, em grande medida, de uma agenda global urgente.

A concepção empregada pelo governo brasileiro partiu do pressuposto de que a solução do problema da fome passa pelo combate à miséria e à desigualdade social e de que a efetividade desse esforço passa pela vinculação do combate à fome à construção de uma política de segurança alimentar e nutricional que leve em conta o direito humano à alimentação e à soberania alimentar do Brasil. O direito humano à alimentação adequada é entendido como o acesso físico e econômico de todos à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. Por sua vez, a soberania alimentar constitui um direito dos povos de definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, comercialização e consumo dos alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais.

A “segurança alimentar e nutricional” (SAN) compreende um estado de bem-estar alimentar, assegurado por um conjunto integrado e articulado de políticas e ações que garantam o acesso permanente de todos a uma alimentação suficientemente adequada – em quantidade e qualidade – para atender às necessidades nutricionais de cada um, em cada fase ou situação de vida. Pressupõe, ainda, que essa alimentação seja produzida de forma sustentável, de modo a não comprometer as futuras gerações. A SAN, portanto, envolve quatro dimensões que devem ser garantidas. A primeira diz respeito à quantidade de alimentos, que pode ser caracterizada pela quantidade de calorias, proteínas, vitaminas e sais minerais consumidos. A segunda corresponde à qualidade do alimento consumido, que pode ser entendida como o equilíbrio nutricional e a qualidade sanitária dos alimentos. A terceira diz respeito à regularidade com que uma pessoa consome o alimento – no mínimo três vezes ao dia, todos os dias. A quarta está relacionada com a dignidade, que pode ser traduzida na liberdade de as pessoas escolherem seu próprio alimento sem dependência.

O Bolsa Família em números:

# R\$70,00

Valor máximo da renda familiar per capita para enquadramento como em situação de extrema pobreza

# 130 milhões

Famílias atendidas

# R\$70,00

Valor do benefício básico

Fonte: MDS

Os requisitos necessários à SAN são: disponibilidade suficiente de alimentos, o que pressupõe um sistema alimentar integrado desde a produção até o consumo, capaz de oferecer, com estabilidade e a preços acessíveis, alimentos essenciais para o consumo humano, produzidos de forma sustentável e com soberania; e acessibilidade ao alimento, que pressupõe acesso à renda suficiente para adquirir o alimento, aos serviços públicos essenciais, à informação sobre qualidade nutricional e aos direitos sociais.

Para atingir seus objetivos, o governo brasileiro integrou as ações de diversos ministérios que implementavam políticas fortemente vinculadas às diretrizes do Fome Zero. Essa integração possibilitou uma atuação planejada e articulada e, como consequência, criou melhores possibilidades de assegurar o acesso à alimentação, a expansão da produção e do consumo de alimentos saudáveis, a geração de ocupação e renda, a melhoria na escolarização, na performance nos indicadores de saúde, no acesso ao abastecimento de água, na infraestrutura municipal, tudo sob a ótica dos direitos de cidadania. Nesse processo, foi fundamental uma institucionalização capaz de propiciar a ação transversal do governo, de forma a tornar possível a articulação das ações de cada setor que tenham forte impacto sobre a superação estrutural e emergencial da vulnerabilidade alimentar das famílias.

As ações do Fome Zero foram enquadradas em quatro eixos articuladores: Ampliação do Acesso aos Alimentos; Fortalecimento da Agricultura Familiar; Promoção de Processos de Inserção Produtiva; e Articulação e Mobilização. Todos esses programas foram integrados na mesma estratégia: o Fome Zero não foi a soma das partes, mas a integração e a sinergia gerada nessa integração.

## EIXOS, PROGRAMAS E AÇÕES

### 1. Acesso aos alimentos

- Renda: Bolsa Família
- Programas de Alimentação:
  - Alimentação escolar (PNAE)
  - Distribuição de Vitamina A e de Ferro
  - Alimentos aos grupos populacionais específicos
  - Educação alimentar e nutricional
  - SISVAN
  - PAT
- Redes de SAN locais e regionais: Restaurantes Populares, Cochilhas Comunitárias, Feiras, Agricultura Urbana e Bancos de Alimentos
- Água: Cisternas

### 3. Geração de renda

- Qualificação social e profissional: Próximo Passo Bolsa Família
- Economia Solidária e inclusão produtiva
- Microcrédito produtivo orientado
- Arranjos regionais de SAN: CONSADs, Território da Cidadania.

### 2. Fortalecimento da Agricultura Familiar

- Financiamento da Agricultura Familiar: PRONAF
- Seguro Agrícola e Seguro Safra
- Programa de aquisição de alimentos (PAA)



### 4. Articulação, mobilização e controle social

- Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF)
- Conselhos e comitês de controle social
- Educação cidadã e mobilização social
- Doações
- A parcerias com empresas e entidades

Uma das mais importantes expressões do enfoque intersectorial da SAN está na articulação entre as ações que promovem o acesso aos alimentos e aquelas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Por essa razão, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o novo formato do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Transferência de Renda via o Programa Bolsa Família (PBF) – três importantes conquistas da estratégia do Fome Zero.

A maior novidade do Fome Zero foi o grau de prioridade conferido ao combate à extrema pobreza e à fome na agenda nacional. Para ser efetivada, tal prioridade exigiu atenção para a questão da territorialidade e maior coordenação e integração das instituições governamentais e da sociedade civil na concepção, planejamento, implementação e monitoramento das ações que visavam a ampliar a inclusão social e a cidadania – como a ampliação do acesso aos alimentos; a expansão da produção e do consumo de alimentos saudáveis; o aumento da frequência escolar; a melhoria das condições de saúde e do acesso ao saneamento e ao abastecimento de água; e a geração de ocupação e renda.

Outro aspecto inovador foi a articulação entre ações estruturantes e medidas emergenciais – como ocorre nos programas de Transferência de Renda para a População, de Alimentação Escolar, de Fortalecimento da Agricultura Familiar (em especial pelas ações Seguro da Agricultura Familiar e Garantia-Safra) e de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, ou ainda nas ações de construção de cisternas e de distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos.

Vale destacar a participação e o controle da sociedade no processo, seja por intermédio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), vinculado à Presidência da República, seja pelos conselhos de controle social nas esferas federal, estadual e municipal, seja, ainda, pelas ações de mobilização e educação cidadã.

É importante também destacar que, para pensar em uma política de SAN que vise ao desenvolvimento humano em todos os seus aspectos, é necessário garantir o direito de escolha da população. Garantindo o acesso às informações necessárias, principalmente em relação a hábitos alimentares saudáveis, é fundamental que a população tenha a liberdade para escolher o seu próprio alimento. Não existirá emancipação da população se ela não for capaz de gerir seus próprios processos.

O Fome Zero apresentou uma perspectiva positiva de integração entre as áreas de SAN e as demais políticas públicas. Os três eixos de intervenção propostos por essa política apontam possibilidades concretas de integração entre essas áreas: o primeiro, mediante a implantação de políticas públicas integradas na área alimentar. O segundo, com a criação de canais de participação popular na construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. E o terceiro, quando envolve a população em um grande mutirão ético contra a fome e mobiliza a sociedade em relação às alternativas de combate à fome no país.

Além da institucionalização das políticas sociais, uma marca característica dos esforços de superação da pobreza é a intersetorialidade. Mas a unificação ultrapassa a questão burocrática, pois os programas são articulados e operacionalizados dentro de uma perspectiva de sinergia, o que implica um conjunto de ações políticas integradas transversalmente em torno do foco comum de promover a SAN.

Conforme já colocado, a experiência mostra que o crescimento econômico foi insuficiente para criar mercados internos fortes e promover as bases para o desenvolvimento sustentável. No entanto, não se pode perder de vista que o crescimento econômico não é um fim em si mesmo – e o crescimento não ocorre sem que determinadas condições estejam dadas e necessita de limites estabelecidos para que haja sustentabilidade ambiental e social. O crescimento sustentável pressupõe a redução das desigualdades; assim, a sustentabilidade do crescimento econômico exige a ampliação do acesso aos bens e serviços básicos, incorporando as notáveis potencialidades do mercado interno brasileiro.

A agenda social é intrínseca e complementar à agenda econômica: sem promoção humana e desenvolvimento de capacidades, o Brasil não será capaz de produzir um ciclo duradouro de crescimento sustentável, que traga benefícios, de forma equitativa, para toda a população.

Portanto, a luta contra a pobreza no Brasil insere-se em uma visão integral de desenvolvimento, na qual a inclusão social é caminho para a garantia do crescimento sustentável e do aproveitamento da potencialidade das pessoas em sua plenitude. Essa é uma visão de desenvolvimento em que os aspectos sociais, econômicos e ambientais caminham de mãos dadas para formar comunidades, fortalecer a economia e promover o respeito à natureza. Esse é um novo modelo de desenvolvimento, integral, liderado pela inclusão, de forma a que o ser humano seja o sujeito e a finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, em vez da acumulação privada do capital.



**Adriana Veiga Aranha**  
Mestre em Administração Pública com concentração em Políticas Sociais e assessora especial do Fome Zero no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

## COMÉRCIO E SEGURANÇA ALIMENTAR

# Comércio agrícola e segurança alimentar global

Jonathan Brooks

*Com foco na relação da segurança alimentar com a abertura comercial, o autor discute os benefícios e custos associados com a abertura dos mercados agrícolas e avalia a eficiência de alguns tipos de políticas comerciais adotadas no contexto de alta no preço dos alimentos.*

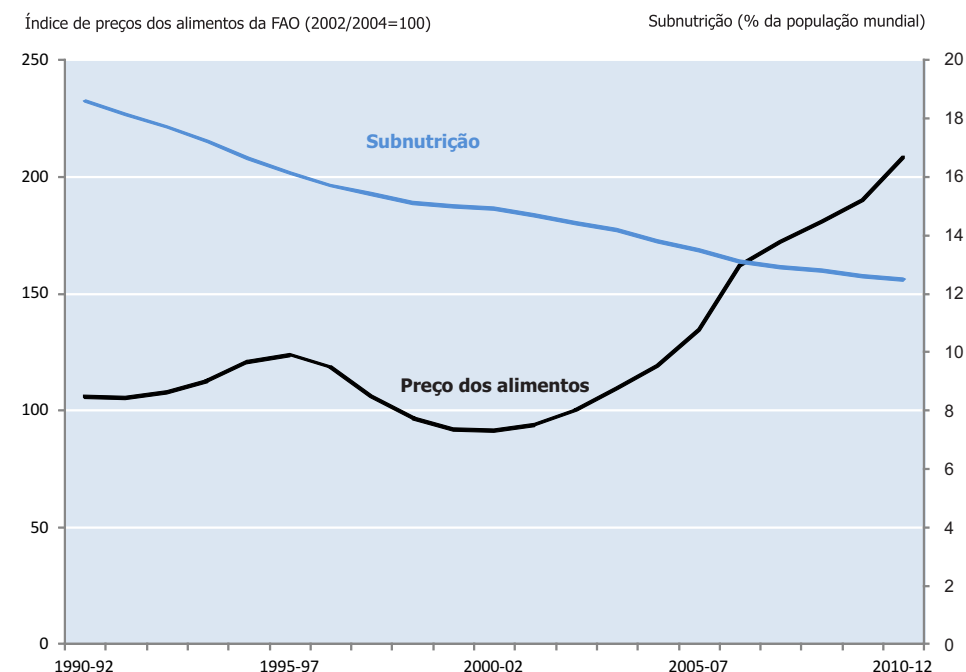
A erradicação da fome e da desnutrição e a promoção da segurança alimentar global de forma ampla estão entre os problemas mais intrincados que a humanidade enfrenta. Embora muitos dos países outrora pobres estejam se desenvolvendo rapidamente, o mundo como um todo provavelmente não será capaz de cumprir o primeiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, de reduzir pela metade a proporção da população mundial que sofre com a fome, entre 1990 e 2015. A proporção de pessoas desnutridas no mundo diminuiu, mas o ritmo de redução tem perdido força, e os números absolutos permanecem obstinadamente elevados. Vários países – em sua grande maioria na África e no Sul da Ásia – não experimentaram qualquer melhoria.

A alta no preço dos gêneros alimentícios não ajudou e impôs privações e miséria aos consumidores mais pobres, inclusive a vários agricultores que produzem para subsistência e cuja produção é insuficiente para atender às suas necessidades de consumo. No entanto, a persistência da fome mundial – a maior manifestação da insegurança alimentar – é um problema crônico anterior ao atual período de volatilidade e alta no preço dos alimentos. Com efeito, no início dos anos 2000, quando os preços internacionais dos alimentos eram dos mais baixos já vistos, havia tantas pessoas famintas como na atualidade. De modo similar, a alta no preço dos gêneros alimentícios influenciou minimamente na tendência geral de queda da proporção de pessoas desnutridas (Figura 1).

O problema fundamental ainda é a pobreza e a renda inadequada: mesmo no período atual de mercados agrícolas restritos, há alimentos suficientes para todos; todavia, várias pessoas não têm condições de adquiri-los. O amplo crescimento da renda é essencial e pode assegurar que o preço dos alimentos não seja uma determinante da fome mundial. Há muito mais escopo de atuação para aumentar a renda do que para diminuir o preço dos gêneros alimentícios. O relatório *Perspectiva Agrícola*, elaborado conjuntamente pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês), sugere que estruturalmente a alta dos preços agrícolas é um fenômeno que veio para ficar, pelas próximas décadas no mínimo, e que é extremamente improvável que o preço dos cereais retorne aos patamares mais baixos já vistos, observados no início dos anos 2000. Contudo, dentro de uma década, provavelmente será possível dobrar a renda da população mundial faminta – boa parte da qual subsiste com pouco mais do que US\$ 1 por dia.

O desenvolvimento agrícola exerce um papel chave na geração da renda necessária para garantir a segurança alimentar, especialmente nas economias mais pobres. Aproximadamente dois terços da população mais pobre do mundo vivem em áreas rurais, onde a agricultura é o setor dominante. A maior parte da produção agrícola é desenvolvida por pequenos fazendeiros e, por essa razão, aumentar sua renda é uma questão prioritária. Isso pode ser feito diretamente, mediante o aumento da renda agrícola, e indiretamente, por meio da criação de empregos não relacionados à agricultura e de economias rurais mais diversificadas. As estratégias governamentais precisam apoiar ambos os canais de desenvolvimento.

Para tanto, são necessários investimentos nos ambientes propícios à agricultura, ao invés de proteção comercial ou de subsídios que distorcem os mercados. Um ambiente comercial aberto é o corolário direto das políticas domésticas que tendem a ser mais eficientes na promoção da segurança alimentar nacional. Ademais, um comércio aberto

**Tabela 1. Participação brasileira nas importações de manufaturados\*, por país ou grupo de países (%)**

tem um amplo papel a desempenhar no aumento da produção agrícola e na geração de renda. O comércio possibilita que a produção seja localizada em áreas onde os recursos são utilizados de modo mais eficiente e tem um papel essencial no deslocamento do excedente agrícola para áreas deficitárias. Outrossim, o comércio aumenta a renda geral e beneficia, assim, tanto exportadores (na forma de melhores preços do que os recebidos na ausência do comércio) como importadores (por meio de preços mais baixos dos que os de outra forma pagos). Ao mesmo tempo, o comércio contribui para um crescimento econômico acelerado e para o aumento da renda *per capita*.

No entanto, há preocupações legítimas associadas a potenciais efeitos negativos que podem advir de uma maior abertura comercial e ao gerenciamento desses efeitos. Primeiramente, as reformas comerciais geram um padrão imediato de vencedores e perdedores. Para agricultores até então protegidos, a liberalização comercial diminuirá os preços que recebem e evidenciará uma eventual falta de competitividade. De forma similar, se as exportações são taxadas, a remoção dessas taxas aumentará os preços ao consumidor. Ademais, embora os choques domésticos tendam a ser mais frequentes e severos do que os choques internacionais, picos episódicos nos preços internacionais foram suficientemente duradouros para gerar preocupação sobre o bem-estar imediato daqueles que gastam boa parte de seu orçamento com alimentação. Também, a abertura comercial pode conduzir alguns países a importar mais alimentos; em alguns casos, um aumento acentuado no preço dos gêneros agrícolas não atrelado a uma elevação nos preços das exportações pode levar a dificuldades no pagamento das contas de importação de alimentos. Isso sem mencionar os receios em torno da confiabilidade dos mercados mundiais.

Quando os preços dos gêneros alimentícios tiveram seu pico em 2007-2008, alguns países não foram capazes de honrar contratos vigentes, e a aplicação generalizada de restrições à exportação para reprimir os preços domésticos minou a confiança de alguns importadores nos mercados mundiais como uma fonte segura para abastecimento de alimentos. Do ponto de vista nutricional, o aumento do comércio pode ter consequências negativas se, por exemplo, os preços de gêneros alimentícios ricos em energia, mas baixos em valor nutricional, se tornarem mais baixos que os preços de alternativas mais nutritivas.



Índice de produção agrícola no mundo

2003:

93,8

2012:

116,6

Fonte: Banco Mundial

Embora reconheçamos a legitimidade dessas preocupações, instrumentos de política comercial não são as ferramentas adequadas para solucioná-las. No que diz respeito aos vencedores e perdedores criados pela reforma comercial, as necessidades dos últimos são endereçadas mais apropriadamente por meio da combinação da assistência para o reajuste e de redes de segurança social. O apoio ao preço e a proteção comercial que lhe é associada tendem a ser ineficientes no fornecimento de apoio aos agricultores, além de desigualmente distribuídos. Ademais, entre os pobres (e, portanto, sujeitos à insegurança alimentar), há tipicamente tanto compradores como vendedores de alimentos, de modo que instrumentos relacionados ao preço e associados a medidas alfandegárias são em particular inapropriados. No caso de potenciais exportadores que, em tese, se beneficiariam com a reforma, há provavelmente a necessidade de reformas complementares e investimentos no lado da oferta para que esses ganhos possam ser percebidos. Essas medidas podem reforçar os ganhos mesmo quando já há capacidade instalada.

Para mitigar os impactos adversos da volatilidade internacional dos preços na renda, programas sociais direcionados (inclusive de transferência de renda) são uma opção preferível, embora investimentos agrícolas e o desenvolvimento de ferramentas de gerenciamento dos riscos possam melhorar a resiliência dos agricultores ao risco. Ainda que a estabilização dos preços (em oposição ao apoio aos preços) possa limitar o impacto dos choques adversos em produtores e consumidores, ela frequentemente se mostra insustentável do ponto de vista fiscal. Desde que o programa perdure, pode proporcionar um clima de investimentos mais estável, mas impede o desenvolvimento do gerenciamento privado do risco, além de poder exportar instabilidade para os mercados globais.

Estudos sobre as implicações macroeconômicas da alta dos preços agrícolas sugerem que a autossuficiência é provavelmente um modo dispendioso para que países que importam alimentos limitem sua exposição a contas de importação de gêneros alimentícios cada vez maiores. Fiar-se nos mercados internacionais é uma opção, considerando que a comunidade internacional tem diversos mecanismos de financiamento que podem viabilizar que os governos dos países em desenvolvimento superem ondas raras, mas potencialmente severas, como aquela experimentada em 2007-2008. Na medida em que os preços de itens alimentícios não se alteram concomitantemente, os países podem limitar sua exposição ao risco associado aos preços por meio da diversificação da composição das *commodities* na importação e exportação.

A melhor forma de lidar com problemas relacionados à desconfiança dos mercados mundiais é a desistência coletiva por parte dos países de adotar políticas protecionistas pautadas pelo enfraquecimento econômico de outros países. Essas políticas causam o rompimento do comércio bilateral e regional e geram externalidades negativas ainda mais amplas quando aplicadas por países com uma maior presença nos mercados de alimentos mundiais. Muitas das respostas ao pico de preços de 2007-08 foram ineficientes devido ao impacto coletivo da aplicação disseminada de medidas similares por outros países. Alguns desses riscos podem ser mitigados pelos países mediante a manutenção de uma gama maior de parceiros comerciais.

Finalmente, vários países enfrentam questões nutricionais relevantes, que incluem o consumo insuficiente ou excessivo (ambos ocorrendo com frequência em um mesmo país) e dietas mal equilibradas. Novamente, o uso da política comercial é um instrumento pouco eficaz para mudar os padrões de consumo: a informação pública e a educação são os primeiros requisitos para lidar com essas questões.

O comércio é essencial para que aumentos na oferta sejam atingidos de maneira sustentável. O comércio permite que a produção se aloque em áreas nas quais os recursos naturais – notadamente terra e água – são relativamente abundantes e onde os sistemas são mais resistentes aos efeitos das mudanças climáticas. Olhando adiante, as áreas do mundo com potencial de produção sustentável não são as mesmas que atualmente passam por um rápido crescimento populacional. Tampouco há um modelo eficiente

para a produção agrícola. A segurança alimentar global deverá ser sustentada por uma mistura de pequenas, médias e grandes propriedades rurais e por mercados domésticos e internacionais.

Para que o comércio agrícola sustente a segurança alimentar global, são necessárias ações em nível nacional e internacional. No nível multilateral, os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) podem celebrar um acordo em agricultura – embora a conclusão da Rodada Doha de negociações comerciais continue elusiva.

As restrições à exportação são fracamente reprimidas pelas regras da OMC e foram usadas por diversas economias emergentes durante o pico no preço dos alimentos, em 2007-08. Tais restrições adicionam pressão ascendente sobre os preços internacionais dos alimentos e transferem os riscos associados aos preços para o mercado internacional. Recentes evidências sugerem que o resultado agregado de países exportadores que impõem restrições à exportação e de importadores que reduzem temporariamente as tarifas equivale à situação de torcedores em um estádio, que se levantam para ver melhor o lance. Os primeiros a se levantar podem ter alguma vantagem, mas, ao final, há poucos benefícios para os que adotam essa postura, ao mesmo tempo em que aqueles que não adotam são prejudicados, restando um saldo de mais prejudicados do que beneficiados.

No que diz respeito às políticas de biocombustíveis, há um potencial *trade-off* entre o uso de produtos agrícolas como fonte de energia renovável e o consequente desvio da terra para a produção de biocombustíveis – o que aumenta a pressão sobre o preço dos alimentos. Há enormes incertezas quanto à escala do impacto que os biocombustíveis terão no uso geral da terra. Desenvolvimentos tecnológicos nos biocombustíveis, os custos e a disponibilidade dos combustíveis fósseis e o ambiente político são difíceis de prever. A remoção de políticas que subsidiam ou determinam a produção e o consumo de biocombustíveis que competem com os alimentos asseguraria que essas tecnologias fossem geradas quando e onde fosse economicamente conveniente. Ao mesmo tempo, isso não ameaçaria a segurança alimentar desnecessariamente. No entanto, os biocombustíveis podem oferecer oportunidades econômicas significativas para alguns agricultores em países em desenvolvimento.

Os países da OCDE podem acelerar a reforma das políticas que criam externalidades internacionais negativas. A proteção agrícola permanece alta, e vários países da OCDE continuam a conceder subsídios comercialmente distorsivos, que restringem as oportunidades de desenvolvimento para fornecedores mais competitivos, além de exportar instabilidade para mercados mundiais. Embora a prevalência dessas políticas tenha declinado significativamente, ainda há muito espaço para reforma. O presente contexto de alta dos preços agrícolas é um excelente momento para que se possa avançar rapidamente rumo a instrumentos políticos alternativos que contribuam para o crescimento da produtividade sustentável, apoiado pelo gerenciamento apropriado dos riscos e por políticas de proteção social. Ao mesmo tempo, os países da OCDE podem evitar recorrer a políticas que contribuam artificialmente para aumentar o preço mundial dos alimentos, mais notadamente aquelas associadas à produção de biocombustíveis.

A taxa brasileira de apoio aos agricultores é muito inferior do que a verificada em países da OCDE. No entanto, mais da metade desse apoio é concedida por meio de instrumentos causadores de elevado grau de distorção comercial. É, portanto, necessário alterar a configuração desse apoio para o fornecimento de bens públicos, em particular de infraestrutura rural, para que se possa manter a competitividade e estreitar o hiato de produtividade entre agricultores comerciais e de semi-subsistência (familiares). Associada aos programas sociais mantidos pelo Brasil, essa alteração impulsionaria os já impressionantes registros do país na melhoria da segurança alimentar.



**Jonathan Brooks**

Economista sênior na Diretoria de Comércio e Agricultura da OCDE.

❶ O artigo baseia-se em estudo recentemente produzido pela OCDE, intitulado *Global Food Security: Challenges for the Food and Agriculture System*.

## EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS

## Do passado para o futuro

Pedro de Camargo Neto

*O autor traça o histórico dos principais fatores que contribuíram para o aumento de competitividade do setor agropecuário brasileiro. Tal análise permite identificar a persistência e o surgimento de alguns desafios para o alavancamento das exportações agrícolas do Brasil.*

O setor agrícola do Brasil ganhou destaque internacional nas últimas duas décadas. Expressivos ganhos de competitividade, em virtude de significativos avanços estruturais, proporcionaram possibilidades de crescimento. As exportações agrícolas cresceram cerca de 400% no período. O Brasil tornou-se o principal exportador de açúcar, carne bovina e de aves, soja em grão, farelo e óleo e fumo. O país já figurava como primeiro exportador de café e suco de laranja. Ainda, o Brasil iniciou um processo que o colocará no topo do *ranking* exportador de leite, carne suína, milho e arroz. Qual a perspectiva para os próximos anos? Uma avaliação do passado nos permite olhar com mais segurança para o futuro.

Lembrados sempre em primeiro lugar são os avanços na produtividade agrônômica e zootécnica. O desenvolvimento e principalmente a incorporação de tecnologias para nossa realidade de produção tropical deram sustentação ao crescimento da produção e à ampliação das exportações, bem como ao consumo interno. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem importante valor, porém não foi por meio dela que diversas cadeias produtivas incorporaram tecnologias; outros centros de pesquisa tiveram seu papel. Também, o modelo de fornecimento de insumos e máquinas merece reconhecimento. Certamente, o Brasil precisará continuar a investir no desenvolvimento tecnológico. No entanto, tão importantes quanto a pesquisa são os instrumentos que viabilizam a incorporação de tecnologias que se tornam disponíveis.

O elo frágil na produtividade foi o desmonte de um sistema de extensão rural que, embora deficiente e carente de melhorias, nunca poderia ter sido abandonado como foi. Na maior parte do Brasil, o produtor rural de menor porte viu-se fora do eixo de incorporação tecnológica. Essa foi uma perda que precisará ser equacionada.

Outros fatos precisam também ser lembrados. A redução nas alíquotas de imposto de importação realizadas a partir de março de 1990 certamente ampliaram o poder de compra do produtor e, na sequência, da competitividade da agricultura. Tributos sobre insumos, fertilizantes e agroquímicos, bem como máquinas, permitiram que a agricultura ampliasse seu uso com reflexos diretos na produtividade agrônômica. A média das alíquotas de imposto de importação caiu de cerca de 35 % para 11%. E ainda existe espaço para reduções.

A liberalização da economia, a eliminação dos controles burocráticos no comércio exterior, cujas intervenções atuavam quase como regra contra os interesses do setor agrícola, também tiveram importante impacto. A caricatura dessa face foi a liberalização do setor canavieiro. Até março de 1990, a exportação de açúcar era estatal e toda realizada pela autarquia Instituto de Açúcar e Alcool (IAA). Por lei, somente o açúcar produzido na região Nordeste poderia ser exportado. Todo o parque industrial e seus canais eram administrados por meio de cotas de produção geridas pela burocracia do IAA.

A extinção dessa autarquia e a liberalização do setor trouxeram enormes transformações: a região Centro-Sul, em particular São Paulo, passou a exportar açúcar. Até então, essa região – onde as lavouras são hoje extremamente eficientes e as usinas modernas – era impedida de exportar. Em pouco tempo, entretanto, a região Centro-Sul passou a ocupar parcela crescente do mercado internacional.

Notificações de medidas  
sanitárias e fitossanitárias

2012:

**1.217**

2011:

**1.391**

2010:

**1.408**

Fonte: OMC

Grande impacto teve a aprovação da chamada Lei Kandir, em 1996. A eliminação do imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) sobre a exportação dos produtos básicos ampliou a competitividade de diversas cadeias produtivas, sendo o exemplo mais marcante o da soja em grão. Rapidamente, a competitividade do país foi ampliada. A alteração ocorreu dentro de um quadro em que a moeda estava sobrevalorizada e existia o potencial do crescimento da demanda asiática. Assim, o Brasil cresceu em importância como fornecedor de grãos. Mais recentemente, o governo federal vem atuando na retirada de contribuições fiscais que ainda incidem sobre a exportação. Tal medida certamente terá impacto positivo, mas a rapidez das mudanças dificilmente será igual àquela da Lei Kandir.

A ampliação da pressão exportadora, aliada a uma liberalização parcial dos portos, trouxe expressivos investimentos e melhorias em produtividade nos embarques de uma maneira geral. Terminais privados graneleiros de soja e açúcar foram construídos em portos existentes. Terminais de contêineres foram modernizados: a velocidade de embarque passou de cerca de 8 para 50 contêineres por hora.

O expressivo crescimento das exportações nessas duas décadas esgotou a capacidade dos portos que existiam. Apesar dos avanços, hoje falta espaço para a realização dos embarques. Nesse sentido, recentemente, o governo passou a liberar novas áreas para a atividade portuária. Desse modo, após importantes investimentos, o gargalo portuário deverá ser reduzido. Acredito que estamos no caminho correto – embora com atraso.

Uma frente em que poucos progressos foram observados foi aquela dos transportes. A privatização da rede ferroviária não apresentou o impacto esperado; a hidroviária apresentou crescimento extremamente limitado. Continuamos a transportar produtos de baixo valor em caminhões, com custo de frete crescente, em estradas deterioradas. Talvez esteja aqui o principal desafio e a área de melhoria futura para a competitividade do país.

Ocorreram progressos na questão sanitária que permitiram ampliar a exportação das carnes. Em 1990, o Brasil apresentava centenas de focos de febre aftosa que ameaçavam permanentemente uma exportação incipiente de carne bovina. Em uma década, o país colocou grande parte do rebanho bovino em regiões do país livres da doença, com vacinação. Outra década passou, e conquistamos para Santa Catarina o *status* máximo de região livre de febre aftosa sem vacinação – avanço que permitiu habilitar as exportações de carne suína para os Estados Unidos e o Japão. Também para as aves, o controle sanitário permitiu que o país garantisse uma larga distância de epidemias que afetaram outros exportadores.

Avançamos na febre aftosa, mas não conseguimos convencer a União Europeia (UE) de que temos um sistema de rastreabilidade individual de bovinos. Implantado naquele continente após o impacto da BSE (mais conhecida como “doença da vaca louca”), esse sistema tornou-se exigência para a entrada da carne bovina. A implantação no Brasil de um sistema de controle individual extremamente burocrático foi um desastre até agora não resolvido. A UE, antes o principal destino da carne bovina, vem perdendo espaço a cada ano. Felizmente, outros mercados foram acessados, o que permitiu que o setor continuasse a crescer. É preciso, no entanto, aprender a atender esse tipo de exigência: embora careçam, muitas vezes, de consistência técnica, representam uma indiscutível ameaça comercial.

A fitossanidade constitui um desafio que ainda precisa ser enfrentado, uma vez que moscas, lagartas e outras pragas ameaçam a competitividade das lavouras. O esforço bem sucedido na febre aftosa precisa servir de exemplo.

Mercados consumidores mais exigentes passam a pressionar por certificações de produção que vão além das questões sanitárias. Bem estar animal, questões sociais, trabalhistas e ambientais, bem como toda uma gama de temas incorporados no que se passou a chamar de “sustentabilidade”, exigirão que, além de produzir em conformidade com novos padrões, o produtor brasileiro tenha condições de comprovar isso.

Conhecer o consumidor externo ainda é um passo distante, talvez por decorrência do rápido crescimento do Brasil. Concentrado no desafio de ampliar a produção, não sobrou tempo para que o produtor se dedicasse a conhecer o consumidor e se preparar para atender a suas necessidades e exigências.

Não pode ser esquecido o maior responsável pelo resultado positivo da agricultura do Brasil: o arrojo e empreendedorismo do produtor rural que permitiu ao Brasil crescer. A migração do homem vocacionado para a produção permitiu avançar em regiões importantes do país. Um exemplo diz respeito ao gaúcho, que, minifundiário em seu estado, migrou para o Paraná, depois Mato Grosso, chegando ao que hoje é a última fronteira agrícola nos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

A posição de líder comercial veio acompanhada do crescimento de participação política nos fóruns internacionais. O setor privado passou a acompanhar as negociações das regras multilaterais consolidadas na Organização Mundial do Comércio (OMC), desenvolveu posições e pressionou por prioridades. Na Conferência Ministerial de Cingapura, em 1996, estavam presentes 2 representantes do setor privado agrícola. Na reunião de Seattle, em 1999, eram mais de 20 participantes.

Em 2001, era evidente que o Brasil não poderia mais ser apenas caudatário de posições levantadas por Austrália e Argentina no grupo de Cairns. A Austrália ficava cada vez mais próxima dos Estados Unidos e chegou a assinar um acordo de livre comércio com o governo estadunidense. A Argentina permanecia com posicionamentos erráticos, como resultado de políticas internas anacrônicas. O início do desenvolvimento dos dois contenciosos agrícolas em 2001 – do algodão com os Estados Unidos e do açúcar com a UE – indicavam o interesse de passar a liderar o processo político das negociações agrícolas.

Foi a mudança do Brasil que permitiu criar um grupo de países em desenvolvimento exportadores agrícolas no chamado G-20, grupo que teve impacto importante na reunião Ministerial da OMC em Cancun. Será novamente responsabilidade do Brasil atuar na ruptura do impasse para a Rodada Doha.

Infelizmente, a prioridade desse tema para o setor privado agrícola não tem sido elevada. Talvez como resultado das mudanças que ocorreram nos mercados de produtos agrícolas e por influência do crescimento na demanda e da elevação de preços de uma maneira geral. Não têm sido o excesso de oferta e os elevados estoques os motivos de maior preocupação do setor agrícola, como era o caso durante a rodada de negociações anterior. Contudo, o resultado da Rodada Doha continua sendo muito importante, e o envolvimento do setor privado essencial. O governo nunca decide esse tipo de assunto sozinho.

Para o futuro, o que precisaremos é mais do mesmo: modernização tributária, liberalização econômica, investimentos em infraestrutura, preocupação com sanidade e fitossanidade, certificação da produção dentro de conceitos de sustentabilidade e, principalmente, a contínua valorização e organização do homem.



**Pedro de Camargo Neto**  
Doutor em engenharia de produção, é ex-presidente de associações de classe e ex-secretário do Ministério da Agricultura (2001-2002).



## DIPLOMACIA AGRÍCOLA

## Adido agrícola: linha de frente do agronegócio brasileiro

---

Marcelo Junqueira Ferraz

*Neste artigo, o autor analisa o papel desempenhado pelo posto de adido agrícola não apenas na resolução de conflitos em mercados aos quais o Brasil já exporta bens agrícolas, mas também na consolidação e conquista de novos mercados.*

A agricultura é um tema global, com desdobramentos que ignoram as fronteiras nacionais. Esse contexto ensejou a criação, no ano de 2005, da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI), no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A Secretaria é responsável pela elaboração de propostas para negociações de acordos sanitários (produtos de origem animal) e fitossanitários (produtos de origem vegetal) com outros países e também por analisar as deliberações relativas às exigências técnicas que envolvam interesses do setor produtivo brasileiro. Seus representantes têm como atribuições intermediar negociações em fóruns bilaterais e multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e *Codex Alimentarius*; acompanhar e participar das decisões tomadas pela Câmara de Comércio Exterior (Camex); e atuar diretamente em negociações no Mercado Comum do Sul (Mercosul). A SRI é responsável por articular ações de promoção dos produtos e serviços do agronegócio brasileiro e também estimular sua comercialização externa, consolidando a imagem do Brasil como provedor de alimentos seguros e de qualidade. No campo da inteligência comercial, a Secretaria consolida mensalmente a Balança Comercial do Agronegócio, com os resultados das exportações, importações, saldo do setor e os principais destinos e origens.

Uma das conquistas mais importantes da SRI foi a instituição, em 2008, do cargo de adido agrícola junto a missões diplomáticas brasileiras no exterior. Inicialmente, foram designados profissionais para as representações em Buenos Aires, Washington, Bruxelas (Missão do Brasil junto à União Europeia), Genebra (Missão Permanente do Brasil junto à OMC e a outras organizações econômicas em Genebra), Moscou, Pretória, Pequim e Tóquio. Nos postos, o representante do MAPA é subordinado administrativamente ao chefe da missão, de quem receberá instruções para sua atuação. No que se refere à hierarquia diplomática, é equiparado ao cargo de conselheiro.

A instituição do cargo de adido agrícola do Brasil era uma aspiração antiga do setor produtivo. Há tempos, entidades representativas do setor insistiam na necessidade de profissionais de excelência, que defendessem os interesses da agricultura brasileira *in loco*, junto aos principais parceiros comerciais do país pelo mundo. A criação do cargo foi proposta pelo MAPA e encampada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). Desde a criação do cargo, a sinergia entre os dois órgãos é cada vez mais intensa. Para ilustrar essa afirmação, basta mencionar que o MAPA é o maior destinatário de mensagens oficiais do Itamaraty na Esplanada dos Ministérios.

As atribuições dos adidos agrícolas são diversas, refletindo a variedade de assuntos envolvidos na internacionalização da agricultura brasileira. Entre as tarefas mais importantes estão: buscar melhores condições de acesso de produtos do agronegócio brasileiro, estudar políticas agrícolas e legislações de interesse da agricultura do Brasil, monitorar possíveis modificações nas políticas sanitárias e fitossanitárias de outros países, participar de eventos sobre assuntos de interesse do agronegócio brasileiro e acompanhar ações de cooperação na área agrícola, incluindo políticas brasileiras de combate à fome e de desenvolvimento rural.

Saldo da Balança Comercial do  
Agronegócio (em US\$ bilhões)

2008:

**59.987**

2009:

**54.886**

2010:

**63.051**

2011:

**77.471**

2012:

**79.408**

Fonte: MAPA

O primeiro grupo de adidos foi nomeado em 2010, há menos de quatro anos. Com o amadurecimento do cargo, essas atribuições serão, no médio prazo, acompanhadas por muitas outras, visto que todos os temas afeitos ao MAPA estão no escopo de trabalho dos adidos agrícolas. A despeito do pouco tempo da iniciativa, a adidância agrícola já colhe frutos significativos.

No mês de maio do presente ano, o Brasil obteve acesso ao mercado japonês de carne suína, o maior do mundo, para a produção do estado de Santa Catarina. Essa conquista é fruto de um trabalho em equipe, que envolveu dezenas de profissionais – no governo e no setor privado –, mas que não seria possível sem os incansáveis esforços do adido agrícola do Brasil em Tóquio. Na África do Sul, o trabalho do profissional lotado em Pretória foi fundamental nas investigações de prática de *dumping* contra o frango brasileiro naquele país. Junto à China, por meio dos esforços do adido em Pequim, logrou-se, em 2011, o aumento do número de plantas brasileiras credenciadas para exportar carne de frango para aquele mercado, o que tornou a China um dos grandes importadores do produto brasileiro. Na Rússia, o representante do MAPA em Moscou conquistou, junto a autoridades do governo russo, a intensificação das negociações para a habilitação de plantas aptas a exportar carne bovina, com a vinda de três missões de inspeção ao Brasil somente nos últimos dois anos. Na Argentina, o trabalho da adida agrícola do Brasil em Buenos Aires foi fundamental nos entendimentos entre exportadores e importadores de Brasil e de Argentina, o que garantiu a manutenção do fluxo de comércio de produtos agrícolas entre os dois mercados diante das particularidades da legislação comercial do país vizinho.

Em que pesem as conquistas obtidas, a crescente presença internacional da agricultura brasileira propõe, cotidianamente, novos desafios aos adidos agrícolas. Estes são profissionais capazes de antecipar-se às mudanças constantes nas exigências dos países importadores de produtos agrícolas e de responder, de forma rápida e tecnicamente consistente, aos vários questionamentos feitos pelos parceiros comerciais do Brasil. Para tanto, os adidos solicitam, em grande parte dos casos, respostas de outras secretarias do MAPA, em especial da Secretaria de Defesa Agropecuária.

Dentre os principais temas tratados, destacam-se negociações envolvendo restrições sanitárias e fitossanitárias. Produtos agrícolas enfrentam restrições desse tipo em todo o mundo, independentemente de sua origem. A presença de um profissional especializado representando a agricultura brasileira junto aos principais mercados compradores permite esclarecimentos e trocas de informações técnicas constantes.

Uma das questões que demandam atenção imediata desses profissionais diz respeito à intensificação do diálogo com alguns países que insistem em não reconhecer a decisão da Organização Mundial da Saúde Animal, que classifica o Brasil como país com risco baixíssimo de Encefalopatia Espongiforme Bovina. Centenas de parceiros, muitos deles com serviços sanitários reconhecidos mundialmente por seu rigor, importam atualmente as carnes brasileiras, o que é um reconhecimento da sanidade do rebanho e da indústria do Brasil. Não há motivos para que os demais mercados neguem ou protelem esse reconhecimento.

Outro tema que desafia o trabalho dos adidos agrícolas brasileiros é a reputação ambiental negativa de que a agricultura brasileira foi vítima, por algum tempo, em determinados mercados. Esse problema é tratado em duas frentes: no âmbito doméstico, com iniciativas que garantam a sustentabilidade do agronegócio brasileiro e, externamente, com ações de esclarecimento de nossas credenciais ambientais junto a países parceiros.

Internamente, o governo brasileiro e o MAPA vêm deixando cada vez mais claro o seu compromisso com a sustentabilidade. No ano de 2009, foi instituída a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Tornado público na 15ª Conferência das Partes (COP 15), realizada em Copenhague (Dinamarca), o compromisso prevê que, até 2020, o Brasil deve reduzir as emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9%, com base nos níveis de 1990. A Política inclui metas específicas, como reduzir 80% do desmatamento

na Amazônia, 40% do desmatamento no bioma Cerrado, recuperar quinze milhões de hectares de terras degradadas pela pecuária e ampliar o reflorestamento em três milhões de hectares. No âmbito do MAPA, foi desenvolvido o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC). O objetivo da iniciativa é reduzir o desmatamento e promover a redução das emissões de gases de efeito estufa oriundas das atividades agropecuárias, por meio da adoção de técnicas agrícolas sustentáveis. O novo Código Florestal, além de haver trazido a questão ambiental para o centro do debate político nacional, proporcionará ao país um convívio mais saudável com seus recursos naturais e, aos agricultores brasileiros, maior segurança jurídica para produzir dentro dos limites da lei.

Em âmbito internacional, é preciso que as práticas sustentáveis brasileiras sejam expostas ao público, pois as ações, por si só, não necessariamente implicam a redução do preconceito do qual a agricultura brasileira é vítima na arena ambiental – o qual raramente é ancorado em fatos. O trabalho do adido agrícola está no centro desse processo. Como exemplo, destaca-se a parceria entre o MAPA e o jornal britânico *Financial Times* na realização de um evento, no ano passado, no Reino Unido, para discutir os aspectos ambientais na agricultura brasileira, em um evento que contou com a participação de autoridades do Brasil, além de acadêmicos, jornalistas e ambientalistas europeus. Nesse evento, foi fundamental a participação do adido agrícola na Missão do Brasil junto à União Europeia.

A internacionalização da agricultura brasileira é um fenômeno em curso. Nos próximos dez anos, em uma estimativa conservadora, as exportações de grãos brasileiros crescerão em mais de 20%, e as vendas de carnes devem crescer acima de 40%. Esses números não serão conquistados sem esforços. Uma arena internacional cada vez mais conflituosa deve esperar pelos empresários do agronegócio brasileiro que se aventurarem pelo mercado externo. Nesse contexto, a importância e dispersão do cargo de adido agrícola brasileiro devem ser cada vez maiores. É decisivo que esses profissionais estejam lotados nos maiores parceiros comerciais do Brasil, para que possam dar respostas imediatas a eventuais questionamentos levantados pelas autoridades locais.

Até o momento, o Brasil conta com oito adidos agrícolas em postos-chave pelo mundo. Comparativamente, os Estados Unidos possuem autoridades agrícolas lotadas em suas missões diplomáticas em mais de oitenta países; a França, em mais de noventa; e o vizinho Chile, em dez. O espaço para a abertura de novas adidâncias agrícolas não é apenas uma questão numérica: basta mencionar que, embora as exportações de produtos agrícolas do Brasil para o Oriente Médio tenham crescido quase cinco vezes na última década e superado a marca de dez bilhões de dólares, o país ainda não conta com um adido agrícola para defender os produtos do campo brasileiro junto aos governos da região.

A globalização e a crise mundial exigem que os países se posicionem de maneira cada vez mais agressiva no cenário internacional. A exportação de *commodities* sempre fará parte da pauta de exportações brasileira, pois a eficiência da agricultura nacional permite aos produtos do país uma penetração global a preços competitivos. O Brasil acredita que é possível conquistar novos espaços sem deixar de lado os parceiros tradicionais. Da mesma maneira, é preciso que novos postos sejam abertos em mercados estratégicos enquanto se reforça a inserção dos oito profissionais já em atuação. Pela importância que o agronegócio tem no produto interno bruto e na balança comercial do Brasil, disputas comerciais no setor podem estender seu efeito para toda a economia. Nesse contexto, os adidos agrícolas são fundamentais não apenas para defender os interesses do campo brasileiro, mas também para zelar pelas conquistas econômicas do Brasil como um todo.



**Marcelo Junqueira Ferraz**  
Secretário de Relações  
Internacionais do Agronegócio  
do Ministério da Agricultura,  
Pecuária e Abastecimento  
(MAPA).

# Informações úteis

## **ICTSD promove seminário no Brasil sobre política comercial na área agrícola**

O International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) realizará, em parceria com o agro. icone e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), o seminário "Agricultural trade policy in Brazil: can policy advance sustainable development?". O evento, que ocorrerá em 3 de setembro, contará com a presença de representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE), União Europeia (UE), Organização Mundial do Comércio (OMC), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), entre outras instituições. Os participantes discutirão temas como a relação entre segurança alimentar e política comercial; e as tensões entre política agrícola e meio ambiente. O seminário será realizado na sede do IPEA, localizada à Quadra 1, Bloco J, Brasília. A programação completa do seminário pode ser acessada [aqui](#).

## **PNUD abre vagas para 15 consultores**

O Escritório de Políticas para o Desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em Nova York, abriu processo de seleção para 15 consultores. Os candidatos devem apresentar experiência em pesquisa sobre: redução da pobreza, política social e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM); governança democrática; desenvolvimento sustentável, meio ambiente e energia; saúde e desenvolvimento; igualdade de gênero e empoderamento das mulheres; e gestão do conhecimento para inovação e fortalecimento das instituições democráticas – além de fluência em inglês e mestrado em Ciências Sociais, Comunicação Social ou Relações Internacionais. Os profissionais integrarão o grupo de especialistas em Desenvolvimento, que provê suporte à produção e revisão de relatórios globais e estudos do PNUD na língua inglesa. Os profissionais executarão as tarefas remotamente, sem necessidade de deslocamento para os Estados Unidos. As inscrições estendem-se até 2 de setembro. Para detalhes, [clique aqui](#).

## **Fundação Lehmann realiza palestra com Ngaire Woods**

A Fundação Lemann e a Blavatnik School of Government da Universidade de Oxford realizarão, em 3 de setembro, palestra com Ngaire Woods, professora do Programa de Governança Econômica Global. Em sua apresentação, intitulada "The backlash of globalization", Woods abordará a reação contra a globalização no século XXI, bem como as implicações dessa reação. Após a palestra, haverá uma sessão informativa sobre a Blavatnik School of Government e sobre as bolsas de estudos do [Programa](#)

de Talentos Lemann Fellowship, em Oxford (Inglaterra). O evento será realizado em 3 de setembro, no Auditório 2 da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), localizada à R. Alagoas, 903, prédio 3, Higienópolis (São Paulo). A palestra é gratuita e com vagas limitadas. Para inscrições, clique [aqui](#).

## **Fundação alemã financia projetos oriundos de países BRIC**

A Fundação Alexander von Humboldt está com inscrições abertas, até 15 de setembro, para o programa de financiamento German Chancellor Fellowships, voltado a projetos conduzidos em parceria com instituições alemãs. Os candidatos devem ser, necessariamente, oriundos de Brasil, China, Estados Unidos, Índia ou Rússia; e devem escolher uma instituição parceira na Alemanha, junto à qual conduzirão o projeto. Este pode estar relacionado às áreas de Política, Economia, Mídia, Administração e Cultura. Os dez projetos selecionados para o financiamento deverão ter início em 1º de outubro. Mais informações podem ser obtidas [aqui](#).

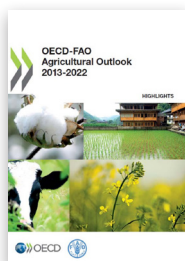
## **Prêmio Santander Universidades abre inscrições**

A 9ª edição dos Prêmios Santander Universidades está com inscrições abertas até 17 de setembro. São quatro categorias: Prêmio Santander Ciência e Inovação, Prêmio Santander Empreendedorismo, Prêmio Santander Universidade Solidária e Prêmio Guia do Estudante – Destaques do Ano. Em cada uma das três primeiras categorias, o prêmio corresponde a R\$ 100 mil; e na categoria Prêmio Guia do Estudante, o vencedor receberá um troféu, menção nas principais revistas da Editora Abril e um curso on-line de empreendedorismo, certificado pelo Babson College (Estados Unidos). No total, serão distribuídos R\$ 2 milhões em prêmios. Para mais informações sobre os requisitos para inscrição em cada categoria, clique [aqui](#).

## **BRASA abre chamada para trabalhos**

A 12ª edição do Congresso Internacional da Associação de Estudos Brasileiros (BRASA, sigla em inglês) está com chamada de trabalhos aberta até 15 de outubro. O Congresso, organizado em parceria com o Instituto do Brasil na King's College e com o Instituto Lemann de Estudos Brasileiros da Universidade de Illinois, ocorrerá em agosto de 2014, em Londres. Os interessados devem ser membros da BRASA e somente poderão apresentar um resumo de trabalho, com, no máximo, 300 palavras. Para propostas de painéis completos, sugere-se que estes sejam compostos de quatro ou cinco *papers*. Para mais informações, clique [aqui](#).

# Publicações



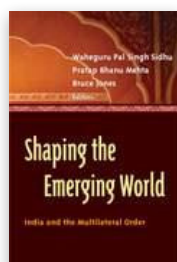
## **Perspectiva agrícola 2013-2022 OCDE e FAO – julho 2013**

Elaborado conjuntamente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês), o relatório traça um panorama dos próximos 10 anos do setor. O estudo dedica especial atenção à China, por ser o país com maior capacidade para influenciar o mercado mundial, dado seu enorme contingente populacional, alto crescimento de renda e rápida expansão do setor agrícola. Acesse o estudo [aqui](#).



## **Reduzindo as perdas e o desperdício de alimentos World Resources Institute e PNUMA – junho 2013**

Aproximadamente 24% das calorias atualmente produzidas para consumo humano são desperdiçadas. Esse artigo examina as implicações dessa perda, identifica diversas abordagens para reduzi-la e expõe cinco recomendações para viabilizar a operacionalização dessa redução. O artigo integra a segunda parte da série *Relatório de Recursos Mundiais 2013-2014: criando um futuro de nutrição sustentável*. Acesse o artigo [aqui](#).



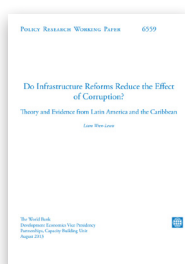
## **Moldando o Mundo Emergente: a Índia e a Ordem Multilateral Brookings Institution Press – agosto 2013**

A Índia experimentou um crescimento acelerado em sua participação na ordem multilateral existente, e agora sua estratégia de desenvolvimento é dependente dessa ordem. Como a Índia pode influenciar a ordem multilateral para sustentar seus próprios interesses? O país asiático se contentará com as regras existentes ou se unirá aos demais países emergentes para modelar novas regras e regimes? Editado por Bruce Jones, o livro *Moldando o Mundo Emergente* pretende responder a essas perguntas e sustenta que, apesar de suas limitações, a Índia tem cada vez mais ideias, pessoas e ferramentas para contribuir para uma nova ordem global. Obtenha mais informações sobre o livro [aqui](#).



## **Estudo Econômico da América Latina e do Caribe 2013 CEPAL – agosto 2013**

Essa edição do *Estudo Económico da América Latina e do Caribe* corresponde ao biênio 2012-2013. A primeira parte analisa o desempenho recente das economias da região e traça as perspectivas para o ano vigente; a segunda parte discute os aspectos de longo prazo do desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe. Acesse a publicação [aqui](#).



## **As reformas de infraestrutura reduzem o efeito da corrupção? Teoria e evidência da América Latina e do Caribe Banco Mundial – agosto 2013**

O artigo, de autoria de Liam Wren-Lewis, investiga a interação entre corrupção e governança no nível setorial. Um modelo simples ilustra como o aumento da autonomia regulatória e da privatização pode influenciar os efeitos da corrupção. A análise empírica cobre 153 empresas de distribuição de eletricidade, em 18 países na América Latina e no Caribe, entre os anos de 1995 e 2007. O artigo revela que a corrupção está associada à baixa produtividade laboral da empresa, mas essa associação é reduzida na presença de uma agência regulatória independente. Acesse o artigo [aqui](#).





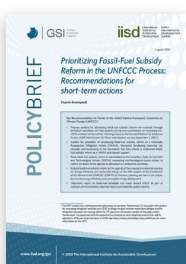
### **A agenda de desenvolvimento pós-2015: compreendendo a convergência entre os processos decisórios pós-MDG e SDG** **Stakeholder Forum – julho 2013**

Os Estados membros das Nações Unidas estão atualmente mobilizados em torno de dois processos importantes: o período pós Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (MDG, sigla em inglês) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDG, sigla em inglês). Ambos os processos têm a erradicação da pobreza como um objetivo primário dentro do contexto do desenvolvimento sustentável. Há amplo acordo entre os Estados membros de que esses dois processos devem ser conduzidos conjuntamente. Esse artigo propõe a criação de um único processo pós-2015, caracterizado pela unificação dos objetivos globais de desenvolvimento sustentável para a erradicação da pobreza, como forma de fazer uso da energia política já existente e evitar confusões e duplicidade de esforços. Acesse o estudo [aqui](#).



### **Resiliência Climática e Segurança Alimentar: uma estrutura para o planejamento e o monitoramento** **IISD – agosto de 2013**

Esse artigo apresenta abordagens que auxiliam a compreender e monitorar a resiliência do sistema alimentar às mudanças climáticas. A partir de uma visão global das abordagens existentes para a compreensão dos sistemas alimentares e da resiliência climática, o artigo descreve uma nova estrutura desenvolvida para viabilizar a análise da segurança alimentar em nível local no contexto de choques e tensões climáticas, bem como da resiliência dos sistemas alimentares em maior escala. Ainda, o documento explora como essa estrutura pode ser aplicada na prática por pesquisadores, profissionais e governantes. Acesso o artigo [aqui](#).



### **Priorizando a reforma dos subsídios concedidos aos combustíveis fósseis no processo da UNFCCC: recomendações para ações de curto prazo** **IISD – agosto 2013**

A reforma dos subsídios concedidos aos combustíveis fósseis pode auxiliar enormemente na mitigação das mudanças climáticas, sendo uma ferramenta atualmente disponível às Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês) para auxiliar na persecução do objetivo de reduzir as emissões de gases estufa. Esse estudo aborda a importância da reforma dos subsídios concedidos aos combustíveis fósseis, propõe ações concretas às Partes para que progridam nessa reforma e descreve como os esforços sob os auspícios da UNFCCC pode complementar trabalhos similares desenvolvidos em outros fóruns internacionais. Acesse o estudo [aqui](#).



### **Gênero, nutrição e produção climaticamente inteligente de alimentos: oportunidades e dilemas** **Journal of Food Security – agosto 2013**

O futuro da segurança alimentar e nutricional está ameaçado pelas mudanças climáticas, pela superexploração dos recursos naturais e pelas desigualdades sociais. As promissoras soluções já encontradas são focadas em tecnologia e não necessariamente são desenvolvidas considerando as disparidades sociais e de gênero. Elaborado por Tina Désirée Beuchelt e Lone Badstue, o artigo explora questões relacionadas ao gênero e às oportunidades e dilemas de desenvolvimento humano relacionados à promoção do avanço tecnológico na agricultura, a partir da revisão da literatura e de experiências de campo na Zâmbia e no México. Acesse o artigo [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

## PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol*  
[www.ictsd.org/news/puentes](http://www.ictsd.org/news/puentes)

## BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente  
*Enfoque internacional - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/biores](http://www.ictsd.org/news/biores)

## BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável  
*Enfoque internacional - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/bridges](http://www.ictsd.org/news/bridges)

## 桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque internacional - Publicação em chinês*  
[www.ictsd.org/news/qiao](http://www.ictsd.org/news/qiao)

## МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo*  
[www.ictsd.org/news/bridgesrussian](http://www.ictsd.org/news/bridgesrussian)

## BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque na África - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/bridges-africa](http://www.ictsd.org/news/bridges-africa)

## PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês*  
[www.ictsd.org/news/passerelles](http://www.ictsd.org/news/passerelles)



### International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9  
1219 Geneva, Switzerland  
+41-22-917-8492  
[www.ictsd.org](http://www.ictsd.org)

A produção de PONTES tem sido possível  
graças ao apoio generoso da:

### SDC - Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação

O PONTES também beneficia de  
contribuições de especialistas na área  
de comércio e desenvolvimento sustentável  
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade  
ou de patrocínio que contribuam para a  
redução de seus custos de publicação e que  
ampliarem o acesso aos seus leitores.  
A aceitação de tais propostas fica a critério  
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos  
publicados no PONTES são exclusivamente  
dos autores e não refletem necessariamente  
as opiniões do ICTSD.

Trechos de PONTES podem ser usados em  
outras publicações se forem citados de forma  
apropriada.

Preço: €10.00  
ISSN 1996-919

